

O projeto Rondon como ferramenta de acesso à justiça

Caroline Drawanz Dias

Taís Rodrigues Aguiar

Felipe Ribas Krüger

Luís Henrique Porto Oliveira

Igor Armino Rockenbach

Giovana Cássio Rodriguez

Kainan Rodrigues dos Santos

Camila do Canto Perez

Michele Mandagará de Oliveira

Sidnéia Tessmer Casarin

O Projeto Rondon se apresenta como um dos principais projetos de extensão já desenvolvidos no Brasil, promovendo a troca de saberes adquiridos na academia com a comunidade e buscando a construção de um ambiente democrático e emancipatório (BRASIL, 2015). É neste contexto que estudantes de Direito, um dos cursos mais elitistas do meio acadêmico, encontram a oportunidade de se aproximarem de uma realidade social desassistida pelo ordenamento jurídico e, mediante a educação em direitos humanos, promoverem o acesso à justiça. O estudo tem como objetivo demonstrar a importância do Projeto Rondon na aproximação entre o saber jurídico e a comunidade, atribuindo à justiça um papel conscientizador e combatendo a falta de acessibilidade ao Direito por parte da população. A fundamentação do conteúdo aqui exposto foi realizada mediante a pesquisa bibliográfica da temática proposta em livros, artigos e conteúdo normativo, bem como por meio de estudo de caso do Projeto Rondon. O curso de Direito é, historicamente, caracterizado pelo caráter elitista e conservador. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2005), a população carente muitas vezes abdica da busca do reconhecimento de direito em razão da intimidação linguística e social produzida pelos operadores do direito, bem como pelos estudantes presentes nas assistências jurídicas gratuitas. Percebe-se, então, que o acesso à justiça não é a mera disponibilização de assistência jurídica integral e gratuita, tal como estabelece o artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal, promulgada em 1988, e sim, a união de aspectos

socioculturais e legais que garantem a tutela jurídica e a universalização do direito. Além de contribuir com a troca entre o saber acadêmico e a realidade social, a prática extensionista acaba implicando na formação de estudantes comprometidos com a cultura jurídica democrática, afastando-os da cultura jurídica normativista técnico-burocrática (TOKARSKI, 2009). Assim, o rondonista tende a se tornar um operador do direito que não é mero espectador da sociedade, e sim, um profissional crítico quanto aos impactos do direito no âmbito social. Dessa forma, as atividades do Projeto Rondon na área de Direitos Humanos e Justiça nas comunidades atendidas pelas operações acabam contribuindo para a promoção de métodos alternativos de garantia do acesso à justiça, levando o conhecimento jurídico àqueles que estão à margem do sistema jurídico, buscando a coesão social, a democracia e a igualdade entre todos.